



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGEO



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”

São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

O USO DO TERRITÓRIO PELO AGRONEGÓCIO E OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NA SOCIEDADE DO AÇÚCAR

Reinaldo Sousa

Doutorando do Programa de Pós - Graduação em Geografia
Universidade Federal de Sergipe
Pesquisador do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos
reinaldosousasousa@hotmail.com

Eraldo da Silva Ramos Filho

Coordenador do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos
Universidade Federal de Sergipe
eramosfilho@pq.cnpq.br

Introdução

Pensar o uso do território pelo agronegócio, bem como os processos de resistência praticados pelos camponeses não é tarefa das mais simples, haja vista que hoje, mais que em qualquer outro período da história, o capital adquire formas cada vez mais sofisticadas de reprodução ampliada. Nesse sentido, buscar-se-á analisar esta problemática a partir do espaço alagoano marcado, sobretudo, pelo agronegócio canavieiro produtivista. Este trabalho busca compreender as principais formas de atuação do capital monopolista no campo alagoano a partir das estratégias de uso do território, categoria marcada, sobretudo, pelas relações de poder no espaço (RAFFESTIN, 2011). Território aqui visto não só como formas, mas como um sistema de objetos passivos de usos intencionais, objetivados (SANTOS e SILVEIRA, 2010). Categoria que, ao nosso ver, é quem melhor sintetiza a conflitualidade que se dá nesta relação (FERNANDES, 2005).

Questão Agrária no Campo Alagoano: Considerações Preliminares

Pensar a questão agrária no campo alagoano, onde ainda predominam relações coronelistas, fruto do seu processo histórico de dominação, não é tarefa simples. O uso do território que ali se pratica, marcado, sobretudo, pelo domínio do agronegócio canavieiro, tem contribuído para uma grande concentração fundiária e consequente processo de conflitualidade entre proprietários de terras e camponeses. Camponês aqui compreendido como um modo de vida

em que os pequenos produtores utilizando-se da mão – de - obra estritamente familiar produzem o suficiente para a manutenção da família sem uma preocupação direta com o mercado (SHANIN, 1979). Esses trabalhadores organizam seus sistemas baseados na diversidade, na pequena escala e no mercado local (FERNANDES et. all., 2012). E, ao contrário do que apregoam os capitalistas,

Mesmo em condições precárias, [...] produzem 70% do arroz, 79% do feijão, 82% da mandioca e 65% do milho, culturas que constituem parte importante da base alimentar da população. Mesmo empobrecidos, com pouca ou nenhuma tecnologia, sem recursos e com pouca terra, o campesinato nordestino é responsável por grande parte da segurança alimentar do país (FERNANDES et. all., 2012, p.26).

Já o agronegócio é definido, pela Via Campesina, como sendo “[...] as corporações capitalistas que constituíram um conjunto de sistemas para a produção de *commodities*, por meio do monocultivo em grande escala, principalmente para exportação [...]” (FERNANDES et. all., 2012, p.26). Pois bem, inserido na região nordeste, onde “[...] 88% dos estabelecimentos com 60% das terras são agricultores familiares que vivem em extrema pobreza com a ajuda de políticas compensatórias, como por exemplo, o bolsa família” (FERNANDES et. all. ros, 2012, p.26), Alagoas conta com 102 municípios dos quais ao menos 54 praticam a atividade canavieira (21% da área agrícola do Estado), cultivo voltado, sobretudo, para atender ao mercado de combustíveis. Trata-se, portanto, de um agronegócio.

A cana-de-açúcar, no dizer de Castro (2008, p. 99), “[...] se processa num regime de autofagia [...] devorando tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, consumindo o humo do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas [...]”. A monocultura da cana, continua, “[...] é uma grave doença da economia agrária, comparada por Guerra y Sanchez à gangrena que ameaça sempre invadir o organismo inteiro, e por Grenfell Price ao câncer, com o desordenado crescimento de suas células se estendendo impunemente por todos os lados” (CASTRO, 2008, p. 109).

O problema dos chamados agrocombustíveis envolve duas questões centrais: primeiro, a suficiência alimentar e, segundo, a suficiência energética. Como a atividade não tem conseguido atender à demanda das duas questões, mas priorizado a questão da suficiência energética, o resultado dessa matemática simples é a fome. Os agrocombustíveis constituem, à rigor, uma espécie de comoditização do campo e acaba por transformá-lo em um lugar de produção meramente econômica e minando suas outras possibilidades. Trata-se de uma monocultura cuja finalidade não é, em primeira instância, atender ao mercado interno, mas dar conta de abastecer o mercado externo. É um espaço preparado “[...] para atender aos

imperativos de uma produção destinada, eminentemente, à acumulação e à produção do capital” (RAMALHO, 2003, p. 548). Nesse sentido, fragiliza a pequena produção e maximiza os problemas dos pequenos produtores. Essas relações, engendradas pelo capital, são contraditórias pelo fato de “[...] ao mesmo tempo em que destrói as relações não - capitalistas (camponesas), as recria e as utiliza para o seu desenvolvimento” (KAUTSKY *apud* GIRARDI 2008, p. 93).

Segundo CARVALHO (2010, p. 58), “[...] em menos de duas décadas, Alagoas assistiu a expansão de sua infraestrutura, nas áreas de telefonia, estradas, água, saneamento e energia elétrica, levada à prática pelas empresas estatais ou públicas como a Telasa, Casal, Ceal e DER”. Esse crescimento “[...] viabilizou o surgimento, em Alagoas, de um parque industrial relacionado estreitamente com o setor sucroalcooleiro, como as cinco fábricas de fertilizantes químicos (Agrofértil, Adubos JL, Adubos Boa Sorte, Santo Antonio e Usi-Fertil)” (CARVALHO, 2009, p. 44). Além da instalação, em Maceió, de indústrias metalúrgicas como a “[...] Fives Lille, especializada na fabricação de maquinaria [...] e a Mecânica Pesada Continental (MPC), [...] especializada em fabricação e manutenção de peças para o mesmo setor” (p. 44-45).

Considerações Finais

Destaca-se, por fim, que o território alagoano, marcado pelo domínio da cana - de - açúcar, apresenta grandes contradições internas. Sua política fundiária, caracterizada por uma grande concentração de terra, a partir da presença do agronegócio sucroalcooleiro, tem contribuído tanto para garantir a perpetuação da maior parcela do território nas mãos de um pequeno grupo, como para aumentar a fome no território e a desigualdade entre as classes. Isso tem contribuído para tornar o seu território altamente conflituoso.

Estudos preliminares apontam para a necessidade urgente de se pensar a forma como esse território vem sendo usado e de que forma esse uso poderia corroborar para uma transformação qualitativa de fato. Não se trata, aqui, de apenas denunciar, caminho trilhado por muitos Geógrafos, mas de interferir na realidade de maneira mais concreta.

Nesse sentido, objetivamos compreender a atual estrutura agrária alagoana, a forma como o capital tem se apropriado e usado aquele espaço, bem como quem são e onde se apresentam os camponeses que ainda resistem ao avanço do capital naquele território. Acreditamos que desta forma poderemos contribuir, efetivamente, não só para o debate, como para uma forma mais eficaz e menos excludente de uso do território.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censos Agropecuários 1995, 2006; Censo Populacional 2010.
- CARVALHO, Cícero Pércles de. Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana. Maceió: Edufal, 2009.
- CARVALHO, Cícero Pércles de. Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas. Maceió: Edufal, 2010.
- CASTRO, Josué de. Geografia da Fome: o dilema brasileiro pão ou naco. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2008.
- DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra (Relatório). NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – São Paulo: Presidente Prudente, 2011.
- ELIAS, Denise. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, Maria Adélia de (Org). Território brasileiro: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano e Outros. Políticas fundiárias no Brasil. Uma análise geohistórica da governança da terra no Brasil. Roma, Framingthe Debate Series, no. 2. ILC, 2012.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira (Tese). Presidente Prudente, 2008
- RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 2011.
- RAMALHO, Mário Iamas. Uso do território – técnica e fome. In: SOUZA, Maria Adélia de (Org). **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia de (Org). Território brasileiro: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço - técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 4ª edição, 2006.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil – território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SHANIN, Teodor. El Campesinado como factor político. In: Campesinos y sociedades campesinas. México: Fondo de Cultura Económica, 1979, p. 214 – 236.
- TURRA, Juleusa Maria Theodoro. Formação socioespacial, território e seus usos. Milton Santos e os instrumentos de pensar com os olhos no futuro: compromisso com o Brasil profundo. In: SOUZA, Maria Adélia de (Org). Território brasileiro: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.

Eixo Temático: Agrária